



Norte e as regiões europeias: O desenvolvimento socioeconómico comparado

Índice

Introdução	3
1. Rendimento	4
2. Competitividade.....	5
3. Inovação	10
4. Progresso Social.....	13
5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	16
Síntese	18

Introdução

O desenvolvimento socioeconômico das regiões é um processo que integra várias dimensões, como a do crescimento econômico, da competitividade, do progresso social, da sustentabilidade ambiental e da transição digital.

De modo a monitorizar cada um destes pilares do desenvolvimento, as principais instituições internacionais incumbidas de desenhar políticas públicas de desenvolvimento, como são os casos da Comissão Europeia e da OCDE, têm vindo a desenvolver metodologias que comparam o desempenho das diferentes regiões europeias. Essas metodologias são usadas nesta edição do Norte Estrutura para se diagnosticar a posição relativa do Norte no contexto europeu.

O relatório da Comissão Europeia intitulado de *EU Regional Competitiveness Index 2.0 - 2022 edition (RCI 2.0)* tem como objetivo analisar os pilares de competitividade das regiões em domínios como o das infraestruturas, capital humano, saúde, eficiência económica e inovação. Diagnosticar o posicionamento do Norte comparativamente às restantes regiões permite identificar os pontos fortes e fracos da competitividade, uma informação importante para melhorar os instrumentos de política industrial e de inovação.

A componente mais complexa e dinâmica da competitividade reside no funcionamento eficaz e eficiente de um Sistema Regional de Inovação. Por essa razão, a Comissão Europeia tem vindo a acompanhar a evolução dos diferentes indicadores de inovação das regiões através do relatório *Regional Innovation Scoreboard (RIC)*, o qual incorpora quatro dimensões de análise – condições de estrutura, investimentos, atividades inovadoras e impactos.

Avaliar o Sistema Regional de Inovação do Norte à luz destas dimensões é importante para a concretização de um dos principais objetivos regionais – promover a mudança estrutural da economia para ramos de atividade que criem mais valor nas diferentes fileiras. A inovação das empresas, a complexidade das suas atividades e

o respetivo valor acrescentado são instrumentais nesse processo de mudança.

A lógica multidimensional do desenvolvimento exige que o pilar social seja equacionado. Por esta razão, a Comissão Europeia desenvolveu um relatório intitulado de *European Social Progress Index (EU-SPI)*, o qual visa acompanhar o desenvolvimento social das diferentes regiões europeias em três dimensões – necessidades humanas básicas, fundamentos do bem-estar (conhecimento básico, saúde e bem-estar, acesso à informação e comunicação e qualidade ambiental) e oportunidades. Neste quadro, importa conhecer o patamar de desenvolvimento social do Norte em cada um destes pilares e o seu posicionamento relativo no contexto europeu.

Uma vez que o desenvolvimento tem uma lógica idealista e progressista, num contexto de crescentes ameaças à vida humana na Terra, em 2015, os Estados-Membros das Nações Unidas definiram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com metas para 2030. O termo sustentável não se refere apenas à esfera ambiental. Tem subjacente uma coerência duradoura da política pública para reduzir problemas como a pobreza, a fome e outros constrangimentos económicos e sociais. Neste contexto, perceber a distância do Norte para as metas de cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é importante para se perceber o caminho que a Região terá de percorrer para os alcançar.

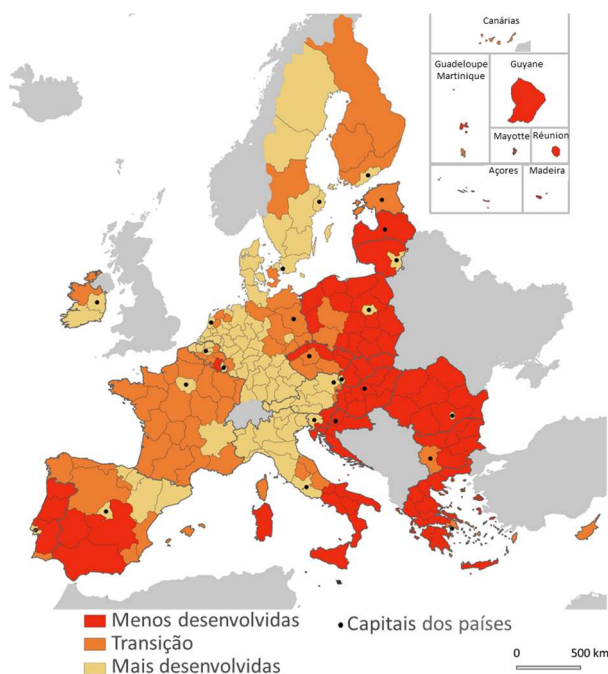
Esta publicação tem cinco capítulos. O primeiro compara o nível de desenvolvimento do Norte com o da União Europeia através do indicador PIB por habitante em paridade de poder de compra. O segundo analisa a problemática da competitividade regional, enquanto o terceiro faz um levantamento dos pontos fortes e fracos do Sistema Regional de Inovação do Norte. O quarto capítulo avalia o progresso social da Região, enquanto o quinto identifica a distância do Norte relativamente às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030.

1. Rendimento

PIB por habitante do Norte em paridade de poder de compra era igual a 65,4% da média da UE27 em 2021, o 190.º mais reduzido entre 242 regiões europeias

No âmbito da Política de Coesão para o período de 2021-27, as regiões do Norte, Centro, Alentejo, Madeira e Açores foram classificadas de regiões menos desenvolvidas pelos regulamentos europeus. Esta classificação resulta do PIB por habitante, em paridade de poder de compra (p.p.c.), ter sido inferior a 75% da UE27 entre 2015-2017 – período que serviu de referência para a classificação das regiões europeias. Nas restantes NUTS II portuguesas, a região do Algarve foi classificada de região transição (PIB por habitante, em p.p.c., entre 75% e 100% da UE27), enquanto a Área Metropolitana de Lisboa situou-se como a única região desenvolvida (PIB por habitante, em p.p.c., superior a 100% da UE27).

Figura 1 – Classificação das regiões no âmbito da Política de Coesão (2021-27)



O baixo rendimento do Norte no contexto europeu é um quadro que se observa há várias décadas, tendo-se agravado, inclusive, nos últimos 21 anos. Durante esse período, o PIB por

habitante do Norte, em p.p.c., diminuiu de 68,5% da média da UE27 para 65,4% entre 2000 e 2021. Em termos comparativos, este indicador do Norte era o menor entre as regiões nacionais e o 190.º mais reduzido entre as 242 regiões europeias, em 2021.

A divergência com a UE27 foi uma trajetória registada em todas as NUTS II nacionais, de modo que Portugal no seu conjunto viu o PIB por habitante, em p.p.c., diminuir de 85,3% para 75,1% da média da UE27 entre 2000 e 2021. No entanto, esta divergência generalizada ocorreu num contexto de fortes choques externos que reduziram o impacto da Política de Coesão, designadamente, a entrada da China para a Organização Mundial do Comércio, o alargamento da União Europeia a Leste, a crise financeira internacional (2009), a crise da dívida soberana (2011-2014) e a crise pandémica de 2020.

Figura 2 – PIB por habitante, em paridade de poder de compra, face ao da UE27 (UE27=100)

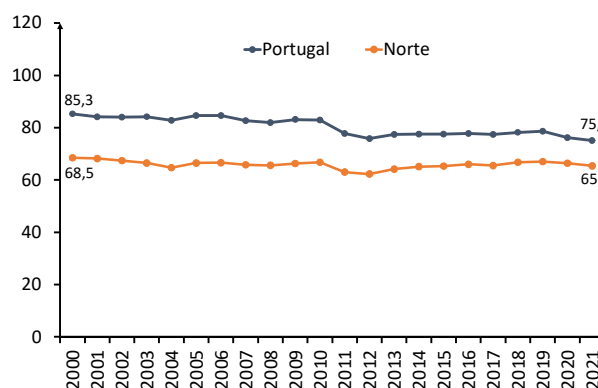
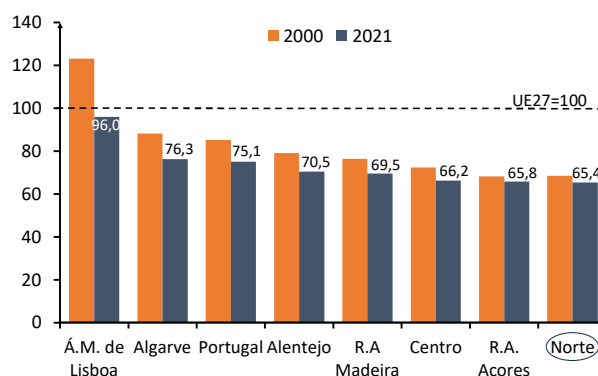


Figura 3 – PIB por habitante, em paridade de poder de compra, face ao da UE27 (UE27=100)



2. Competitividade

Metodologia da Comissão Europeia para medir a competitividade regional

O Índice de Competitividade Regional (RCI 2.0) é um indicador compósito elaborado pela Comissão Europeia que mede a capacidade de uma região em oferecer uma envolvente atrativa e sustentável para empresas e residentes viverem e trabalharem. Esta definição de competitividade equilibra os objetivos de sucesso empresarial com os de bem-estar social. O termo sustentável refere-se à lógica estrutural da competitividade e o seu efeito em aumentar o PIB potencial das economias.

O Índice de Competitividade Regional na sua versão mais recente (RCI 2.0) é composto por três sub-índices – Básico, Eficiência e Inovação e por 11 pilares que descrevem os diferentes aspetos da competitividade (cf. Figura 4).

O **sub-índice básico** refere-se aos alicerces de todas as economias e identifica os fatores iniciais para a promoção da competitividade regional, sem os quais as regiões não conseguem sair dos níveis mais baixos de desenvolvimento. Inclui 5 pilares:

1. Instituições.
2. Estabilidade macroeconómica.
3. Infraestruturas.
4. Saúde.
5. Educação básica.

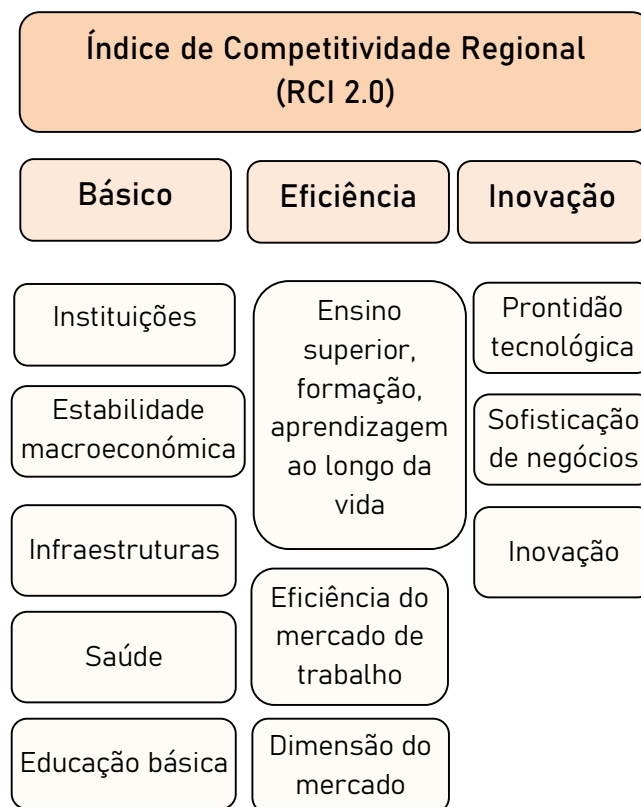
O **sub-índice eficiência** identifica os fatores estruturais das regiões que possibilitam a melhor alocação dos recursos existentes. À medida que as regiões se desenvolvem, o aumento das qualificações dos recursos humanos e um mercado de trabalho com elevadas taxas de emprego são elementos fundamentais da eficiência, porque permitem otimizar a produção. O crescimento destes indicadores tende a ser o motor de crescimento das regiões em transição de um nível de desenvolvimento intermédio para um patamar superior. Inclui três pilares:

1. Ensino superior, formação e aprendizagem ao longo da vida.
2. Eficiência do mercado de trabalho.
3. Dimensão do mercado.

Por fim, o **sub-índice inovação** inclui os três pilares que são os principais fatores competitivos nas regiões mais desenvolvidas, designadamente:

1. Prontidão tecnológica.
2. Sofisticação de negócios.
3. Inovação.

Figura 4 – Estrutura do Índice de Competitividade Regional (RCI 2.0)



Dada a natureza e disponibilidade de indicadores, dois dos pilares – Estabilidade macroeconómica e Educação básica – são medidos a nível nacional, enquanto os pilares Instituições e Prontidão tecnológica incluem dois sub-pilares de âmbito nacional e regional.

O Índice de Competitividade do Norte era igual a 92,1% da média da UE27 em 2022, o que coloca a Região como a 2.ª mais competitiva de Portugal e a 135.ª entre 242 regiões europeias

De acordo com o relatório da Comissão Europeia (EU Regional Competitiveness Index 2.0), o Índice de Competitividade Regional do Norte atingiu um valor equivalente a 92,1% da média da UE27 em 2022, o nível relativo mais elevado desde que o organismo europeu monitoriza este pilar importante do desenvolvimento económico. No relatório de 2016, o qual serve de comparação devido à estabilidade metodológica, o índice de competitividade do Norte era igual a 75,8% da média da UE27.

Assim, a convergência do Norte com a UE27 em matéria de competitividade foi de 16,3 pontos percentuais (p.p) entre 2016 e 2022, a mais elevada entre todas as NUTS II nacionais, seguindo-se o ritmo de convergência observado no Centro e na Área Metropolitana de Lisboa. No contexto europeu, o aumento da competitividade do Norte durante esse período foi o segundo mais elevado entre as 242 regiões europeias.

Decorrida a trajetória de convergência, em 2022, o Norte posicionou-se como a segunda região mais competitiva de Portugal, imediatamente a seguir à Área Metropolitana de Lisboa, a única região portuguesa num patamar superior ao da média da UE27 neste indicador. No contexto europeu, o Norte tornou-se a 135.ª região mais competitiva num total de 242 NUTS II europeias.

Do ponto de vista da competitividade, é relevante a comparação do Norte com dois grupos geográficos, designadamente, com a Península Ibérica e com os Países de Leste. No primeiro caso, a Península Ibérica é o principal mercado de destino das exportações do Norte, submetendo a Região à competição com os produtores locais. No segundo caso, os Países de Leste são os principais concorrentes do Norte na produção de bens industriais com destino ao centro da Europa e à Alemanha, este último um dos principais países-compradores de bens intermédios produzidos na Região.

Figura 5 – Índice de Competitividade Regional (RCI 2.0) em 2022

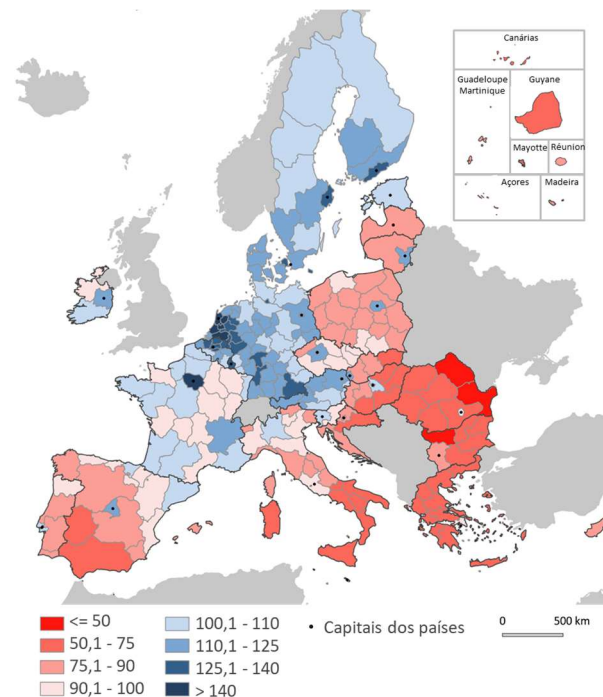


Figura 6 – Índice de Competitividade Regional (RCI 2.0) em 2022, NUTS II (UE27=100)

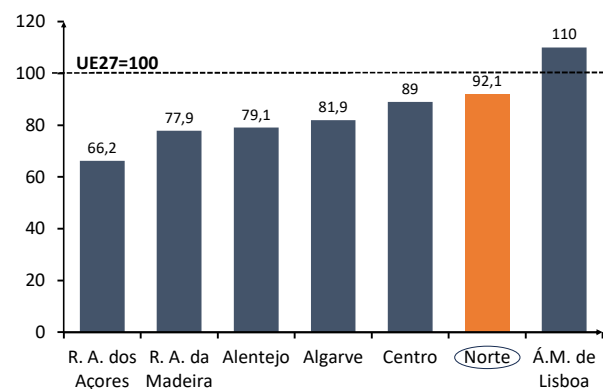
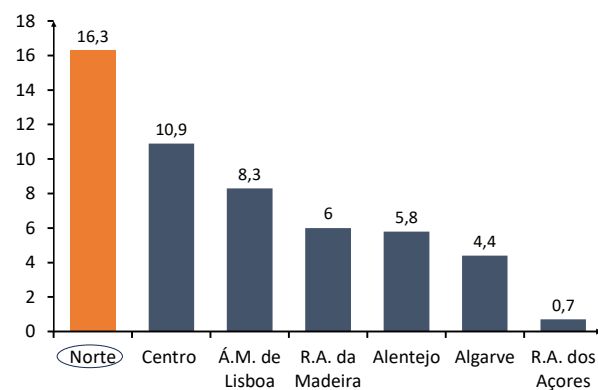


Figura 7 – Variação do Índice de Competitividade Regional (RCI 2.0) 2016-22

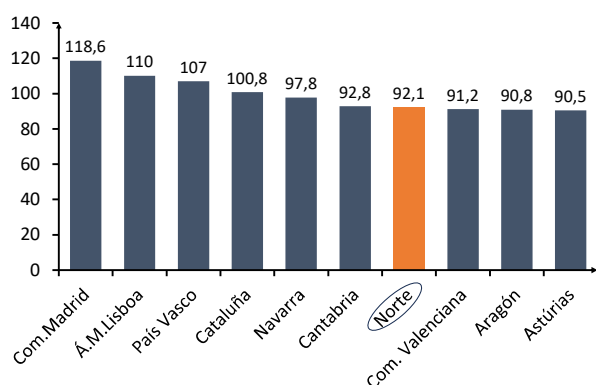


Em 2022, o Norte era a 7.^a região mais competitiva entre as 26 regiões da Península Ibérica. Para além da Área Metropolitana de Lisboa, as regiões com maior Índice de Competitividade Regional do que o Norte eram a Comunidade de Madrid, País Vasco, Catalunha, Comunidade Foral de Navarra e Cantábria. Com um valor inferior ao do Norte, importa destacar a Galiza, a Comunidade Valenciana, Aragão e Principado de Astúrias.

Relativamente aos Países de Leste, o Norte era a 17.^a região mais competitiva, num total de 58 regiões analisadas. Neste grupo, as regiões do Leste Europeu mais competitivas do que o Norte eram, sobretudo, as capitais de cada um dos países. Estas capitais têm vindo a concentrar as principais atividades económicas num modelo de desenvolvimento monocêntrico nacional.

Em suma, o Norte compara bem com as regiões da Península Ibérica e do Leste Europeu, situando-se nas 30% mais competitivas. No primeiro caso, o bom desempenho do Norte permitiu afirmar a Região como um dos principais fornecedores de Espanha. Em 2022, este país representou 26,0% das exportações do Norte. No segundo caso, a maior competitividade do Norte face à média dos Países de Leste permitiu manter a Região como um produtor de bens intermédios e de capital. Em 2022, as exportações deste tipo de bens foram de 16,8 mil M€ (62,1% do total).

Figura 8 – Índice de Competitividade Regional (RCI 2.0) da Península Ibérica (UE27=100), 2022



Em 2022, o ponto forte da competitividade do Norte em era a inovação, enquanto o ponto mais fraco era a eficiência

Como mencionado na metodologia, o índice de competitividade regional desdobra-se em três sub-índices – “básico”, “eficiência” e “inovação” – cujos valores estão representados em relação à média da UE27. Em 2022, o sub-índice da “inovação” do Norte era o que tinha o valor mais elevado, correspondendo a 102,5% da média da UE27, seguindo-se os sub-índices “básico” e “eficiência”, com valores relativos de 96,4% e 83,4%, respetivamente.

Quadro 1 – Os pilares de competitividade do Norte (UE27=100)

Pilares da Competitividade	2016	2022
Índice de Competitividade	75,8	92,1
I–Básico	86,3	96,4
Instituições	95,6	92,6
Estabilidade macroeconómica	53,9	83,3
Infraestruturas	37,3	91,5
Saúde	103,9	102,1
Educação Básica	110,2	108,2
II–Eficiência	68,3	83,4
Ensino superior, formação e A.L.V	60,0	85,0
Eficiência do mercado de trabalho	84,5	96,5
Dimensão do mercado	50,1	52,5
III–Inovação	70,8	102,5
Prontidão tecnológica	85,7	98,4
Sofisticação de negócios	67,4	102,8
Inovação	51,2	107,5

Em 2022, o **sub-índice da inovação** do Norte registou um desempenho superior ao da média da UE27 devido a dois pilares – a “inovação” em sentido restrito e a “sofisticação dos negócios”. No primeiro caso, o Norte registou um valor igual a 107,5% da UE27 em 2022. O melhor resultado da Região neste pilar derivou, essencialmente, da ação inovadora das empresas relativamente a três indicadores: o registo de marcas, o registo

de *design* e as receitas geradas com produtos inovadores para a empresa ou para o mercado.

No pilar da “sophisticaco de negócios”, o Norte registou um valor igual a 102,8% da UE27. O bom resultado da Regio deveu-se, principalmente, s inovaes de *marketing* e organizacional, que permitiram reforar a sofisticaco interna das empresas. No entanto, noutros indicadores incluídos no pilar da “sophisticaco de negócios”, associados  especializaco econmica da Regio – emprego e VAB gerados em setores de maior produtividade – a Regio continua com um diferencial negativo face  UE27.

Por fim, no pilar da “prontido tecnológica” (inclui indicadores referentes  utilizaco de TIC por parte das empresas e consumidores), o Norte encontra-se num nível marginalmente inferior ao da UE27, com um valor relativo de 98,4%.

O **sub-ndice da eficiência** era o ponto mais fraco da competitividade do Norte em 2022, devido maioritariamente ao pilar – “dimenso de mercado”, que atingiu um valor equivalente a 52,5% da UE27. Este pilar inclui indicadores nos quais o Norte tem um diferencial bastante negativo face  UE27, como o rendimento disponível por habitante e a dimenso potencial do mercado expressa em PIB (este ltimo indicador mede a criao de riqueza por habitante e por km², ou seja,  uma varivel da produtividade homem-espaco).

No sub-ndice da eficiência, o pilar com maior valor no Norte era o da “eficiência do mercado de trabalho”. Em 2022, este pilar encontrava-se com um valor ligeiramente inferior ao da UE27 (96,5%). O bom resultado do Norte neste pilar deveu-se s elevadas taxas de emprego, as quais permitiram atingir níveis de produo perto da capacidade mxima das empresas.

Por fim, o **sub-ndice bsico** apresentava um valor ligeiramente inferior ao da média da UE27 (96,4%). Os pilares deste sub-ndice com valores mais elevados na Regio eram o da “saúde” e do “ensino bsico”, representando 102,1% e 108,2% da UE27, enquanto os pilares com menores valores

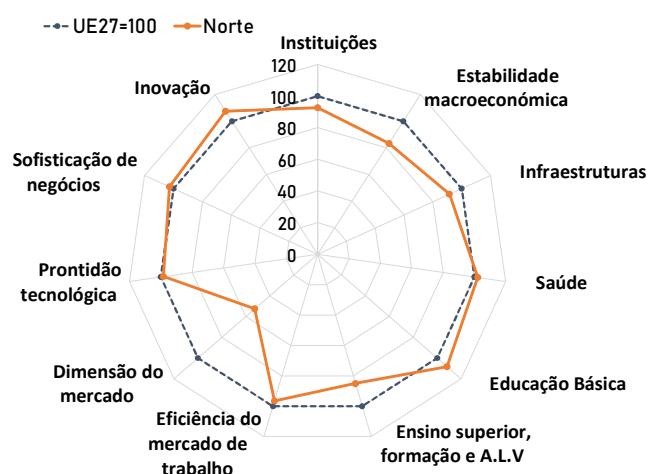
eram a “estabilidade macroeconmica” (83,3%) e as “infraestruturas” (91,5%).

Os indicadores do pilar da “saúde” associados aos fatores de competitividade têm uma lógica de apuramento de resultados em vez de recursos. Por essa razo, o Norte destaca-se no contexto europeu em dois indicadores, designadamente, na esperanca de vida  nascena e na reduzida taxa de mortalidade infantil.

A esperanca de vida  nascena do Norte era de 82,7 anos em 2021, a 52.ª mais elevada entre 242 regies europeias. Por seu turno, a taxa de mortalidade infantil do Norte era de 2,1 óbitos por cada 1000 nados-vivos, a 46.ª mais reduzida entre 242 regies europeias.

O pilar da “estabilidade macroeconmica”  de mbito nacional. Apesar de ter progredido positivamente entre 2016 e 2022, ainda se encontra num nível inferior ao da UE27. Este pilar  composto por indicadores nos quais Portugal continua a comparar mal com a média da UE27, como a elevada Dvida Pública em % do PIB e o saldo negativo da Posio Líquida de Investimento Internacional em % do PIB. Neste ltimo indicador, os passivos que os agentes econmicos do País detm junto do resto do mundo so manifestamente superiores aos ativos.

Figura 9 – Pilares da competitividade do Norte em 2022 (UE27=100)



Em termos dinâmicos, entre 2016 e 2022, os 5 pilares da competitividade do Norte que registaram um maior aumento foram a inovação, as infraestruturas, a sofisticação de negócios, a estabilidade macroeconómica e o ensino superior, incluindo formação e aprendizagem ao longo da vida

Como mencionado anteriormente, o Norte foi a região portuguesa e a segunda a nível europeu que mais convergiu com a UE27 em matéria de competitividade entre 2016 e 2022. Esta evolução deveu-se à dinâmica de crescimento nos pilares em que o Norte tinha um nível de desempenho inferior à UE27 em 2016. Nos restantes, como a “saúde” e o “ensino básico”, o nível relativo do Norte continuou acima da UE27 sem modificações significativas.

Em destaque, o pilar da “inovação” foi o que registou o maior aumento, evoluindo de 51,2% da UE27 para 107,5% entre 2016 e 2022, o que representou um crescimento de 56,3 pontos percentuais (p.p.), seguindo-se os aumentos do pilar das “infraestruturas” (+54,2 p.p.), da “sofisticação de negócios” (+35,4 p.p.), da “estabilidade macroeconómica” (+29,4 p.p.) e da “educação, formação e aprendizagem ao longo da vida” (+25,0 p.p.).

Os pilares anteriormente referidos foram o motor de crescimento do Norte e estão distribuídos pelos três sub-índices (básico, eficiência e inovação), o que mostra que o reforço da competitividade regional teve uma lógica multidimensional e sistémica entre 2016 e 2022.

Nesse período, o aumento da capacidade inovadora das empresas do Norte, incluindo a sofisticação dos negócios, dependeu da maior disponibilidade de recursos humanos qualificados, assim como da formação e da aprendizagem ao longo da vida. Ao mesmo tempo, elementos básicos da competitividade, como o fomento da estabilidade macroeconómica do País e a ampliação e construção de infraestruturas permitiram, no primeiro caso, reduzir o risco de falência de todo o sistema

financeiro e, no segundo, aumentar a mobilidade de pessoas e de bens com um impacto positivo no escoamento da produção das empresas.

Figura 10 – Evolução dos pilares de competitividade do Norte entre 2016 e 2022

--- Norte face à EU27 (2016) — Norte face à UE27 (2022)



Em termos prospetivos, de modo a acelerar a convergência do Norte com a UE27 em matéria de competitividade, será necessário continuar a ter uma visão holística do desenvolvimento, o que implica alocar o investimento público e privado aos diferentes pilares, independentemente do nível relativo face à UE27. Interromper estratégias de crescimento pode implicar um retrocesso nos pontos fortes da Região.

Ainda assim, existem pilares que merecem uma preocupação acrescida em função do nível de atraso face à UE27. Paradoxalmente, apesar do Norte ser a região portuguesa com mais população, o pilar da competitividade associado à “dimensão de mercado” é o que apresenta o valor mais reduzido, tendo inclusive convergido marginalmente com a UE27 entre 2016 e 2022. Este pilar equaciona o rendimento disponível por habitante (lógica da dimensão de mercado do lado da procura) com a dimensão potencial do mercado (aferido pela produtividade do espaço). Para incrementar este pilar será necessário aumentar o valor acrescentado produzido por cada unidade de trabalho-espço, o que implica acelerar a economia para setores mais produtivos, isto é, com maior complexidade.

3. Inovação

Metodologia da Comissão Europeia para avaliar os Sistemas Regionais de Inovação

O *Regional Innovation Scoreboard* (RIS) é um documento elaborado pela Comissão Europeia, que visa fornecer uma análise comparativa ao desempenho dos Sistemas Regionais de Inovação, através da utilização de 21 indicadores agrupados em 4 sub-índices – condições de estrutura, investimentos, atividades inovadoras e impactos – e 12 domínios de inovação (cf. Figura 11).

As condições de estrutura são os elementos básicos de um Sistema Regional de Inovação, porque fornecem os recursos essenciais, como capital humano, produção de conhecimento científico e competências digitais, este último um fator importante para a rápida transferência e absorção de conhecimento.

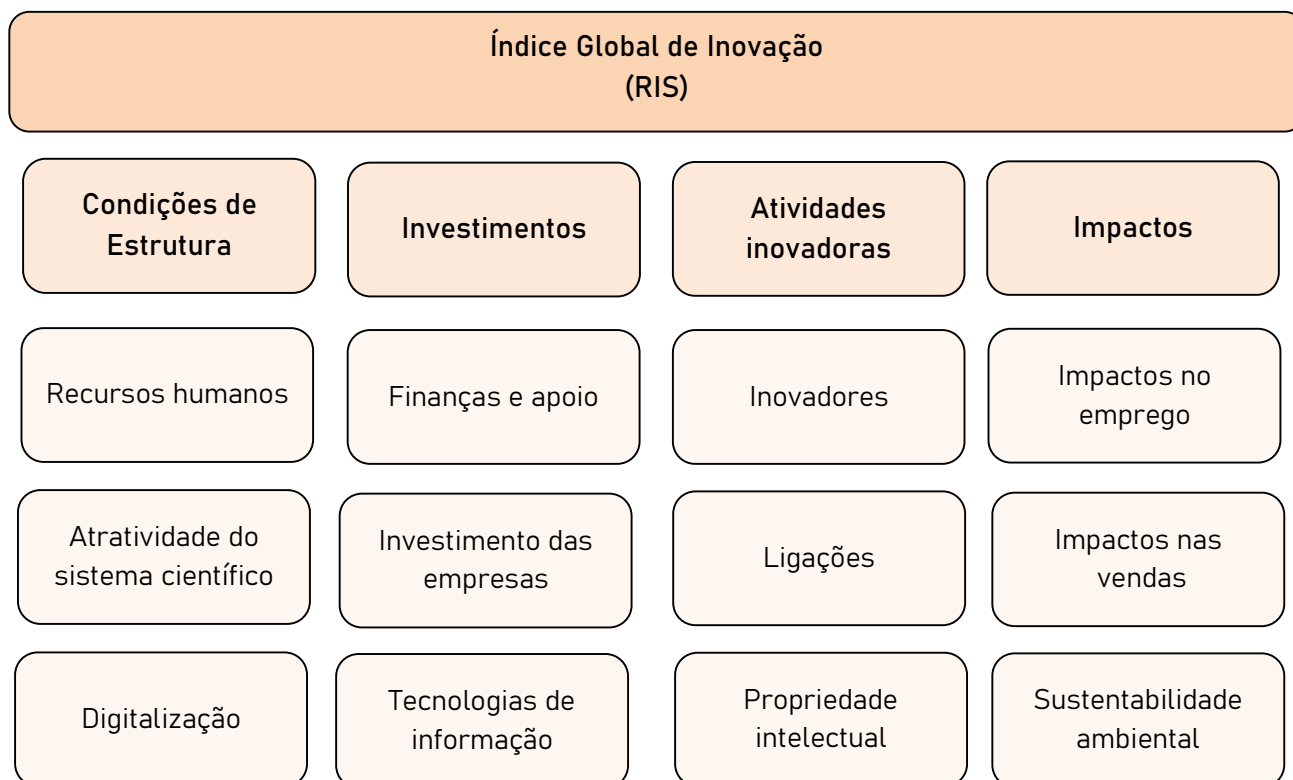
Os investimentos são, essencialmente, os recursos financeiros alocados ao financiamento

das atividades de I&D por parte dos diferentes setores de execução (público e privado), assim como as despesas de inovação que não I&D (como aquisição de máquinas).

As atividades inovadoras dizem respeito aos primeiros *outputs*: incluem as diferentes tipologias de inovação (produto, processos, marketing e organizacional), assim como o registo de propriedade intelectual (patentes, marcas e *design*). As atividades inovadoras também incluem o grau de cooperação das empresas com outras instituições (empresas, sistema científico e tecnológico) e as copublicações público-privadas.

Por fim, o sub-índice dos impactos visa medir o contributo do Sistema Regional da Inovação na criação de emprego em atividades mais intensivas em conhecimento, bem como o impacto dos produtos inovadores nas receitas das empresas. Também considera a sustentabilidade ambiental induzida pela redução da emissão de partículas finas.

Figura 11 – Estrutura do *Regional Innovation Scoreboard*



No Sistema Regional de Inovação do Norte, os pontos mais fortes são as condições de estrutura, os registos de marcas e design, assim como as vendas com produtos inovadores. Os pontos mais fracos encontram-se na cooperação das empresas para a inovação, no registo de patentes e no emprego em atividades intensivas em conhecimento

De acordo com o *Regional Innovation Scoreboard* de 2023 (RIS-2023), o Norte tem progredido nos diferentes indicadores que integram o **sub-índice das condições de estrutura**, apresentando valores acima da UE27 nos domínios referentes aos recursos humanos e à digitalização.

Relativamente aos recursos humanos, a percentagem da população dos 25 aos 34 anos com o ensino superior e a proporção da população envolvida em aprendizagem ao longo da vida têm valores superiores aos da UE27. O mesmo diferencial positivo acontece no domínio da digitalização, no qual o número de indivíduos com habilidades digitais do Norte supera o da média da UE27. No que diz respeito à atratividade do sistema científico, os indicadores são díspares: o desempenho do Norte é maior nas co-publicações científicas internacionais do que no impacto científico medido pelas citações.

Relativamente ao **sub-índice dos investimentos**, o Norte apresenta um desempenho inferior ao da UE27 na maioria dos indicadores. Ainda assim, as diferenças face aos resultados europeus são distintas em função do domínio em análise. No das finanças e apoio, as despesas em I&D do setor público em % do PIB são, apenas, ligeiramente inferiores às da UE27. A pequena diferença do Norte face à UE27 neste indicador deve-se, essencialmente, à realização de investigação fundamental por parte das universidades.

As maiores disparidades do Norte no contexto europeu encontram-se no domínio dos investimentos das empresas, designadamente, no I&D empresarial em % do PIB e nas despesas de inovação por trabalhador. Neste último indicador, o valor do Norte é metade do registado

Quadro 2 – Os indicadores de inovação do Norte em 2023, (UE27=100)

Regional Innovation Scoreboard, 2023	UE27=100
I - Condições de Estrutura	
População com o ensino superior dos 25 aos 34 anos	123
Aprendizagem ao longo da vida	107
Co-publicações científicas internacionais	148
Publicações científicas mais citadas	92
Indivíduos com habilidades digitais gerais acima da média	106
II - Investimentos	
Despesas em I&D do setor público	95
Despesas em I&D do setor empresarial	85
Despesas em inovação, que não I&D	101
Despesas de inovação por pessoa empregada	51
Especialistas em tecnologias de informação e comunicação	81
III - Atividades Inovadoras	
PME com inovações de produto	79
PME com inovações de processos, marketing e organizacional	89
PME com inovações em colaboração	40
Co-publicações público-privadas	129
Registos de patentes PCT	68
Registos de marcas	141
Registos de <i>design</i>	138
IV - Impactos	
Emprego em atividades intensivas em conhecimento	71
Emprego em empresas inovadoras	85
Vendas com produtos inovadores	149
Emissões atmosféricas por partículas finas	115

na média da UE27. A única exceção positiva neste domínio regista-se nas despesas de inovação que não I&D (sobretudo aquisição de máquinas), nas quais o Norte apresenta um valor marginalmente superior ao da UE27.

No que diz respeito ao sub-índice das **atividades inovadoras (principais *outputs de inovação*)**, os resultados do Norte são bastante assimétricos em função do domínio subjacente. A Região tem um desempenho inferior ao da UE27 nas diferentes tipologias de inovação, assim como na cooperação das empresas entre si e com o sistema científico e tecnológico. Neste último indicador, o valor do Norte é cerca de 60% inferior ao da UE27, o valor mais baixo entre todos os indicadores.

O ponto mais positivo do Norte no sub-índice das atividades inovadoras diz respeito ao domínio da propriedade intelectual, relativa ao registo de marcas e *design*, em ambos os casos com valores superiores aos da média da UE27. Por seu turno, o registo de patentes do Norte

continua a ser inferior ao da UE27. Esta assimetria no registo de propriedade intelectual deriva da especialização económica do Norte, na qual é menor o peso da indústria farmacêutica e de outras atividades económicas mais propensas ao registo de patentes, como as tecnologias e os químicos.

Por fim, o **sub-índice dos impactos** apresenta indicadores com resultados muito diferentes no Norte. Os pontos mais fracos observam-se no domínio dos impactos no emprego, no qual todos os indicadores apresentam valores inferiores aos da UE27, designadamente, o emprego em atividades intensivas em conhecimento e o emprego em empresas inovadoras. O ponto forte do Norte diz respeito ao contributo da venda de produtos inovadores no total das receitas.

Figura 12 – Condições de Estrutura

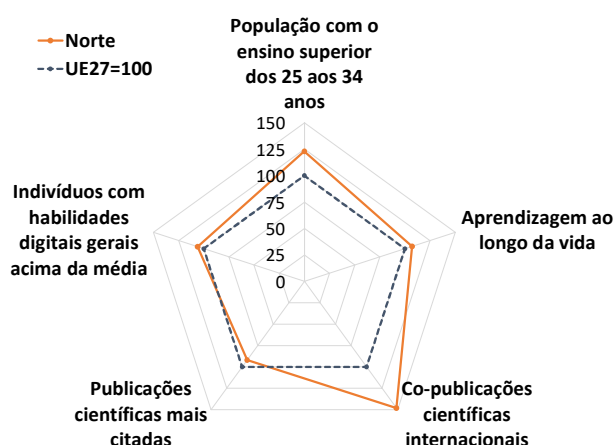


Figura 13 – Investimentos

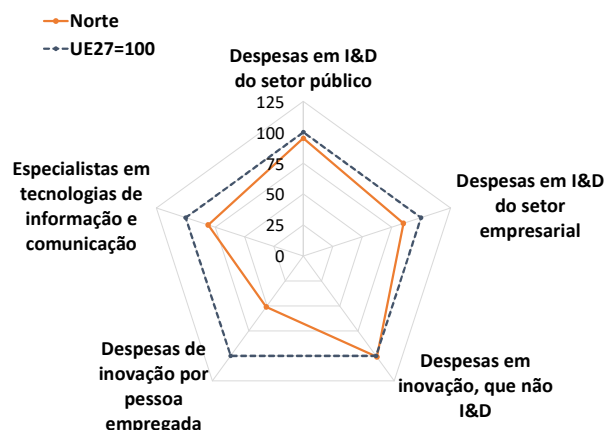


Figura 14 – Atividades inovadoras

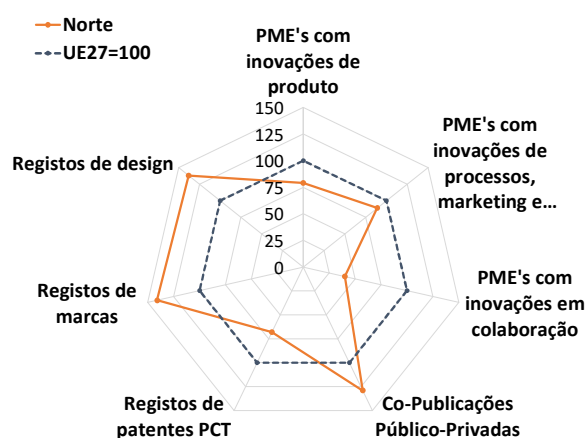
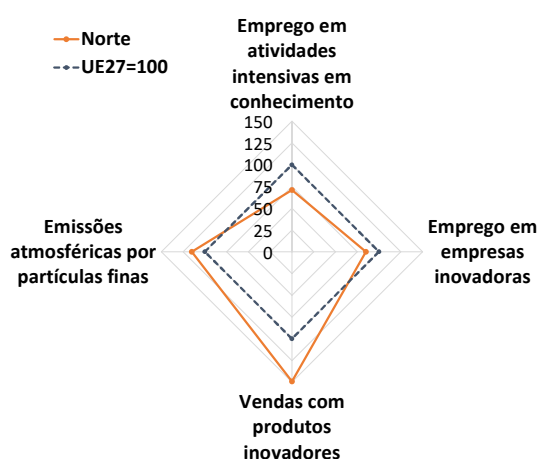


Figura 15 – Impactos



4. Progresso Social

Metodologia da Comissão Europeia para avaliar o progresso social das regiões europeias

A dimensão social do desenvolvimento do Norte no contexto europeu vai ser medida através da metodologia que consta no relatório da Comissão Europeia, designado de *European Social Progress Index 2020*. A metodologia apresenta um **Índice de Progresso Social (EU-SPI)** ao nível das NUTS II, utilizando 12 componentes que incluem 52 indicadores sociais e ambientais comparáveis. As 12 componentes estão agregadas em três dimensões mais amplas que descrevem, respetivamente, aspetos básicos, intermédios e mais sofisticados do progresso social (cf. Figura 16).

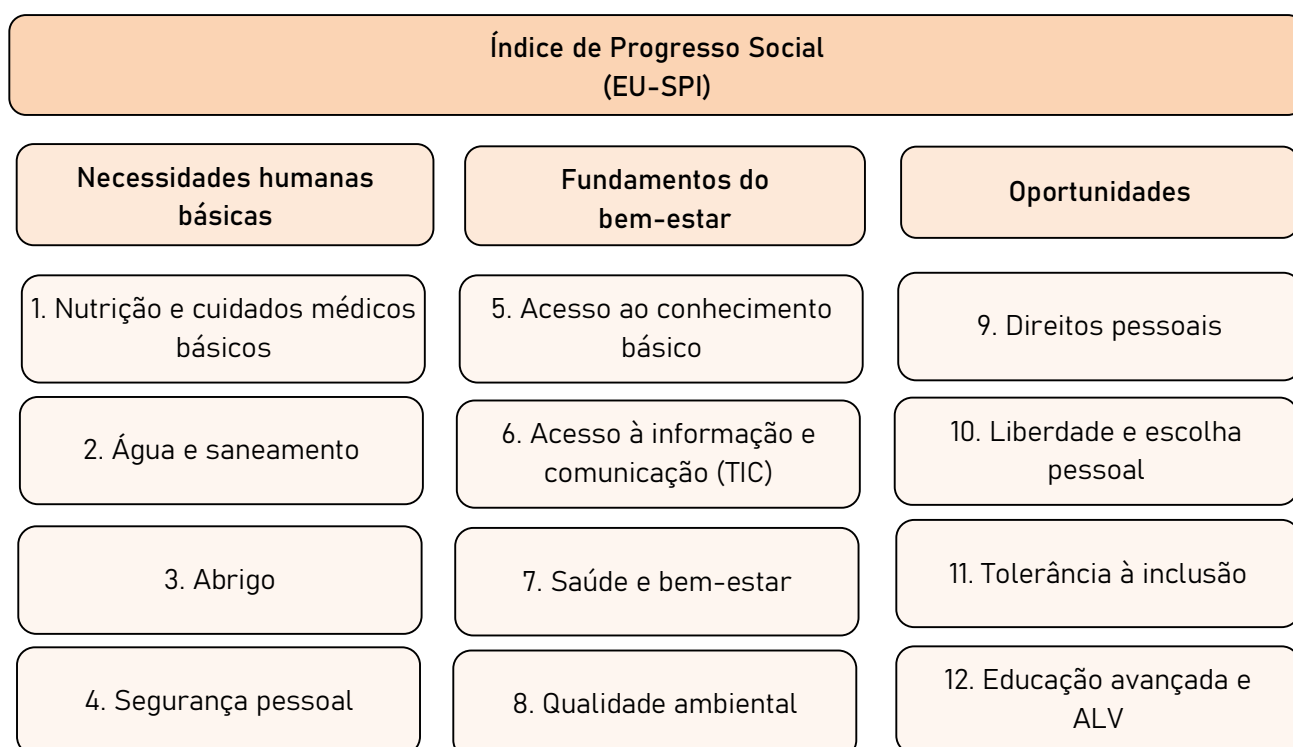
As **necessidades humanas básicas** são o primeiro domínio do desenvolvimento social, cuja sua satisfação garante a sobrevivência das populações. Elementos como a nutrição,

cuidados médicos básicos, saneamento, habitação e segurança pessoal são necessários, mas não suficientes para se alcançarem níveis elevados de desenvolvimento.

À medida que as sociedades progridem, os **fundamentos do bem-estar** tornam-se essenciais para o desenvolvimento. Neste domínio é fundamental o acesso ao conhecimento básico e às tecnologias de informação e comunicação, assim como a oferta de cuidados de saúde e de bem-estar que garantam a longevidade (tratamento de doenças mais mortíferas). Nesta etapa de desenvolvimento, as preocupações ambientais ganham uma importância acrescida.

O patamar social mais elevado é o das **oportunidades**. Este domínio avalia todo o sistema político-legal que permite a proteção dos direitos, das liberdades e a escolha pessoal. Também equaciona a dimensão da tolerância à inclusão e o acesso a educação avançada e aprendizagem ao longo da vida.

Figura 16 – Estrutura do Índice de Progresso Social (EU-SPI)



O progresso social do Norte situa-se num patamar de desenvolvimento próximo da UE27. Em 2020, o índice atingiu o valor de 65,5 pontos na Região, que compara com 66,7 na UE27. O Norte é a 3.ª região portuguesa com o maior valor e a 139.ª europeia entre 242

O Índice de Progresso Social (EU-SPI) é um indicador compósito que agrega 52 indicadores sociais e ambientais. O valor do EU-SPI de cada NUTS II europeia é calculado de forma a estar compreendido numa escala de 0 a 100 pontos. O valor cem diz respeito a um nível de desenvolvimento ideal e utópico, enquanto o valor zero refere-se a situações limite de nenhum progresso social.

De acordo com os últimos dados disponíveis, o EU-SPI do Norte atingiu o valor de 65,5 pontos em 2020, que compara com 66,7 pontos observados na UE27. Em termos comparativos, o Norte é a 3.ª região nacional com maior valor no EU-SPI, a seguir ao Centro e à Área Metropolitana de Lisboa, esta última a única região portuguesa num nível de progresso social superior ao da média da UE27.

No contexto europeu, a região com maior progresso social era a Övre Norrland (85,1 pontos) pertencente à Suécia, enquanto a que tinha o menor valor era a região búlgara denominada de Severozapaden (43,3 pontos). Em termos geográficos, os Países Nórdicos são os que apresentam os maiores Índices de Progresso Social, enquanto os Países de Leste são os que têm os valores mais reduzidos.

No contexto das regiões da Península Ibérica, o progresso social do Norte ocupa o 15.º lugar entre 26 regiões. A região da Península Ibérica com maior progresso social era o País Vasco, seguindo-se a Comunidade Foral de Navarra e a La Rioja. As que tinham o menor valor eram todas portuguesas (Região Autónoma dos Açores, Região Autónoma da Madeira e Alentejo). A região da Andaluzia era a que apresentava o valor mais reduzido entre as regiões espanholas.

Figura 17 – Índice de Progresso Social (EU-SPI) em 2020 (UE27=100)

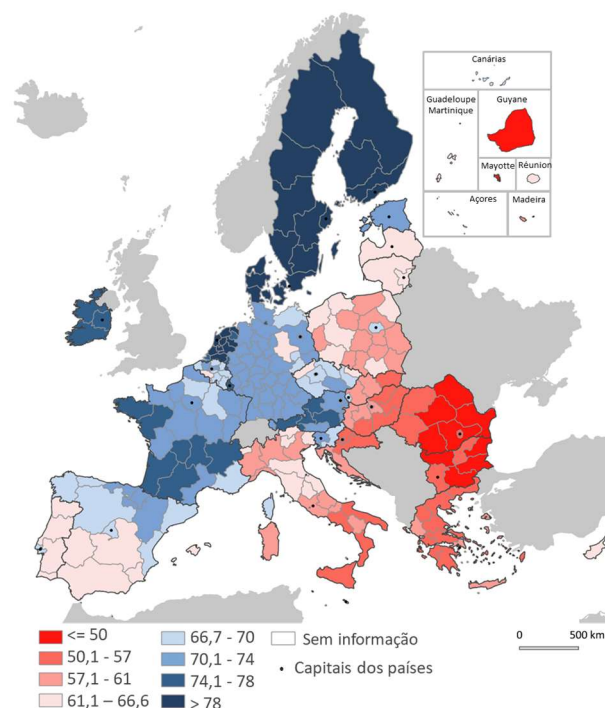
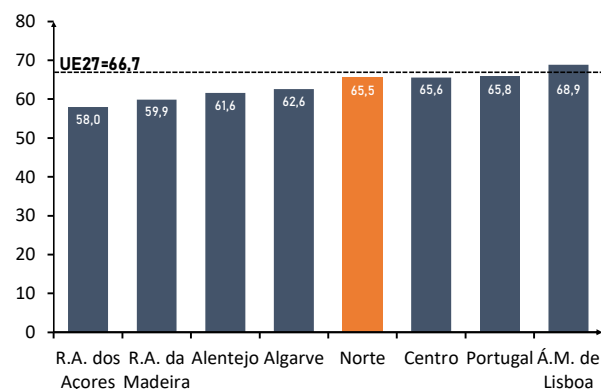


Figura 18 – Índice de Progresso Social (EU-SPI) das NUTS II portuguesas em 2020 (UE27=100)



Dada a proximidade geográfica, assim com a integração económica existente entre as duas regiões, importa destacar o posicionamento da Galiza neste indicador. Em 2020, o Índice de Progresso Social da Galiza era superior ao do Norte e ao da média da UE27, ocupando o 9.º lugar entre as 26 regiões da Península Ibérica. A nível europeu, o progresso social da Galiza ocupava a 118.ª posição entre 242 regiões, encontrando-se ligeiramente acima da mediana.

A satisfação das necessidades humanas básicas da população do Norte é o ponto mais forte do progresso social da Região, encontrando-se, inclusive acima da média da UE27. O ponto mais fraco é o domínio das oportunidades

A satisfação das necessidades humanas básicas é o domínio de desenvolvimento social com melhor desempenho no Norte, atingindo o *score* de 80,7 pontos em 2020, um valor ligeiramente superior ao registado na média da UE27 (80 pontos). Para este elevado valor da Região contribuíram, essencialmente, duas componentes: a nutrição e cuidados médicos básicos (86,4 pontos) e água e saneamento (87), dois elementos fundamentais para a sobrevivência das populações.

O Norte encontra-se, no entanto, num patamar de desenvolvimento inferior nos restantes domínios sociais, o que justifica um maior esforço no âmbito das diferentes políticas regionais e setoriais. Nos fundamentos do bem-estar, a Região atingiu o *score* de 61,7 pontos em 2020, enquanto nas oportunidades, o valor situou-se em 55,3, em ambos os casos abaixo da UE27.

Relativamente ao domínio dos fundamentos do bem-estar, os valores mais elevados do Norte observam-se no acesso às TIC (66,3) e na saúde e bem-estar (64,9), enquanto o mais baixo regista-se na qualidade ambiental (55,4). Em termos comparativos, nesta última componente, a qualidade ambiental do Norte suplanta a da UE27, enquanto nas outras duas anteriormente referidas, o estado de desenvolvimento da UE27 supera o da Região.

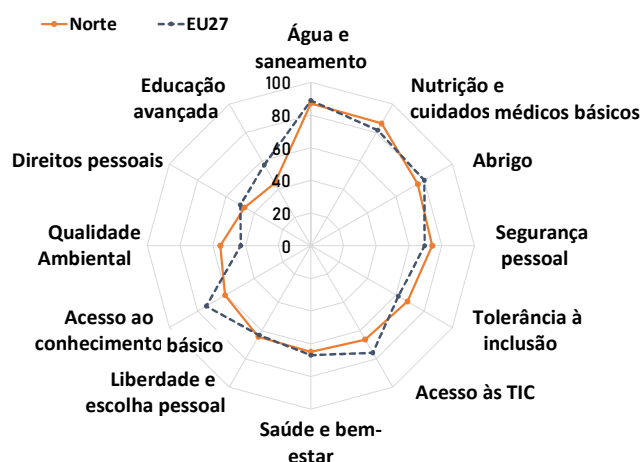
No que diz respeito ao domínio das oportunidades, os valores mais elevados do Norte registaram-se na tolerância à inclusão (68,2) e na liberdade e escolha pessoal (64,3), enquanto os mais reduzidos observaram-se nos direitos pessoais (46,8) e na educação avançada da população dos 25 aos 64 anos (44,1). Nesta última componente, o Norte situa-se num patamar bastante inferior ao da UE27. Este diferencial resulta de um défice de qualificações

da população mais adulta, uma vez que na população mais jovem (25 aos 34 anos), a proporção de indivíduos com o ensino superior é maior no Norte do que na UE27.

Quadro 3 – Componentes do progresso social do Norte e da UE27, 2020 (Score 0-100)

	Norte	UE27
Índice de Progresso Social	65,5	66,7
Necessidades humanas básicas	80,7	80
Nutrição e cuidados médicos básicos	86,4	81,7
Água e Saneamento	87	88,9
Abrigo	75,5	80,1
Segurança pessoal	74,2	69,6
Fundamentos do bem-estar	61,7	63,9
Acesso ao conhecimento básico	60,6	73,9
Acesso às TIC	66,3	75,7
Saúde e bem-estar	64,9	67
Qualidade ambiental	55,4	42,9
Oportunidade	55,3	57,5
Direitos pessoais	46,8	49,8
Liberdade e escolha pessoal	64,3	63,2
Tolerância à inclusão	68,2	61,8
Educação avançada (25 aos 64)	44,1	57,1

Figura 19 – Componentes do progresso social do Norte (UE27=100)



5. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que foi adotada pelos Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, identifica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030, através da fixação de metas para os indicadores incluídos em cada um dos ODS. A metodologia assume uma conceção idealista e progressista do desenvolvimento, permitindo medir a distância de cada país face ao valor da meta de 2030.

A monitorização dessa distância ao longo do tempo (2015-2030) é apurada para indicadores nacionais ao nível dos Estados-Membros. No entanto, um projeto levado a cabo pela OCDE no documento “*A Territorial Approach to the Sustainable Development Goals (2020)*” permitiu regionalizar a informação à escala de cada NUTS II num conjunto mais reduzido de ODS (cf. Quadro 4).

Em termos metodológicos, os valores de cada indicador incluídos nos diferentes ODS estão normalizados numa escala de 0 a 100 – onde 100 diz respeito ao valor final do indicador a ser

alcançado em 2030. Situação análoga acontece para os ODS (em resultado da agregação dos diferentes indicadores). Por exemplo, à data do relatório, um ODS com um valor de 60 significa que a meta de 2030 foi atingida em 60% do valor.

Quadro 4 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com informação regional (OCDE)

ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
3	Saúde de qualidade
4	Educação de qualidade
5	Igualdade de género
7	Energias renováveis e acessíveis
8	Trabalho digno e crescimento económico
9	Indústria, inovação e infraestruturas
11	Cidades e comunidades sustentáveis
12	Produção e consumo sustentáveis
13	Ação climática
14	Proteger a vida marinha
16	Paz, justiça e instituições eficazes
17	Parcerias para a implementação dos objetivos

Figura 20 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dos Estados-Membros (2015-2030)



Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nos quais o Norte está mais perto da meta de 2030 são a saúde de qualidade, as energias renováveis e acessíveis, a produção e consumo sustentáveis e a igualdade de género. Em sentido oposto, o Norte encontra-se a uma maior distância da meta de 2030 na indústria, inovação e infraestruturas, na proteção da vida marinha e nas parcerias para a implementação dos objetivos

De acordo com o relatório da OCDE de 2020, intitulado de “A Territorial Approach to the Sustainable Development Goals”, os pontos fortes do desenvolvimento sustentável da Região, medidos pela menor distância de cada ODS face à meta de 2030, são a saúde de qualidade, as energias renováveis e acessíveis, a produção e consumo sustentáveis e a igualdade de género. Os pontos mais fracos, medidos pela maior distância face à meta de 2030, são a indústria, inovação e infraestruturas, a proteção da vida marinha e as parcerias para a implementação dos objetivos (cf. Quadro 5).

O ODS 3 – saúde de qualidade – é o que apresenta o valor mais elevado no Norte, com uma taxa de concretização de 99,3% da meta de 2030. Este ODS tem um elevado desempenho do Norte devido aos seus indicadores subjacentes. Em alguns casos, como na taxa de mortalidade dos 0 aos 4 anos, na esperança de vida à nascença e no número de médicos por habitantes, os valores já tinham ultrapassado a meta de 2030 à data do relatório da OCDE (2020). No entanto, noutros indicadores deste ODS observa-se o inverso, designadamente, nas camas de hospitais por habitante.

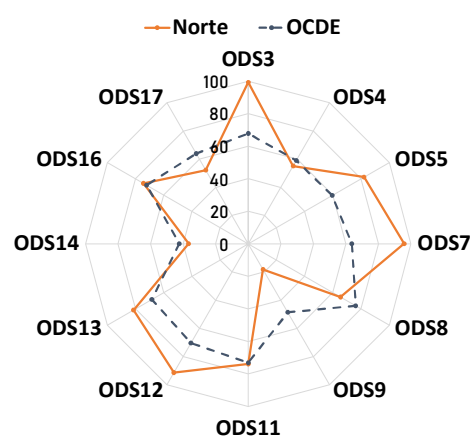
Na situação oposta, com a maior distância face à meta de 2030, encontra-se o ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas. Em concreto, a taxa de concretização da meta era, apenas, de 18,2% à data do relatório. Esta reduzida taxa deriva, sobretudo, a partir de dois indicadores nos quais o Norte se encontra bastante aquém da meta de 2030, designadamente, o número de patentes e o emprego em ramos de alta tecnologia das indústrias transformadoras. Por outro lado, em

alguns indicadores de infraestrutura, como o desempenho da rede de transportes públicos, o valor do Norte encontrava-se, inclusive, acima da meta de 2030.

Quadro 5 – Taxa de concretização (%) da meta de 2030 em cada ODS (100=2030)

ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Norte	OCDE
3	Saúde de qualidade	99,3	67,8
4	Educação de qualidade	55,2	59,1
5	Igualdade de género	82,1	59,5
7	Energias renováveis e acessíveis	95,8	63,6
8	Trabalho digno e crescimento económico	65,5	76,2
9	Indústria, inovação e infraestruturas	18,2	48,7
11	Cidades e comunidades sustentáveis	73,8	73,1
12	Produção e consumo sustentáveis	91,5	70,5
13	Ação climática	81,5	68,4
14	Proteger a vida marinha	36,7	42,4
16	Paz, justiça e instituições eficazes	74,3	72,1
17	Parcerias para a implementação dos objetivos	52,2	64,0

Figura 21 – Taxa de concretização (%) da meta de 2030 em cada ODS (100=2030)



Síntese

Os indicadores do Norte referentes à competitividade, à inovação, ao progresso social e ao desenvolvimento sustentável são melhores do que os de âmbito material, como o rendimento. Esta diferença espelha-se, inclusive, na comparação do Norte com a média da UE27. De acordo com os últimos relatórios da Comissão Europeia, os Índices de Competitividade Regional (2023) e de Progresso Social (2020) do Norte tinham, respetivamente, um valor equivalente a 92,1% e 98,2% da UE27, enquanto o PIB por habitante, em p.p.c., apenas representava 65,4% da UE27 em 2021.

A convergência do Norte com a União Europeia em matéria de competitividade e coesão social não se manifestou em convergência material entre 2000 e 2021. As principais explicações para esta inconsistência são de matriz conjuntural, estrutural e de política pública.

Do ponto de vista conjuntural, o século XXI tem sido marcado por sucessivas recessões económicas, o que contribuiu para a estagnação de rendimentos. São exemplos, a crise financeira de 2009, a crise das dívidas soberanas de 2011-14 e a crise pandémica de 2020. A política pública de âmbito regional e os seus instrumentos ainda não tiveram a estabilidade macroeconómica necessária para se medir com rigor os seus efeitos no rendimento da economia.

Do ponto de vista estrutural, ainda existem debilidades que contribuíram para o baixo rendimento da população do Norte. Em destaque, o valor acrescentado dos bens produzidos na Região continua inferior ao da UE27. Os exemplos mais marcantes, demonstrados nesta publicação, são os indicadores de inovação referentes ao baixo registo de patentes e à reduzida percentagem do emprego em setores intensivos em conhecimento, assim como a menor despesa em inovação por pessoa empregada, o que limitou o crescimento da produtividade.

Do ponto de vista da política pública, as leituras são de dois sentidos para explicar a

inconsistência entre competitividade, progresso social e estagnação de rendimentos. Do lado positivo, independentemente de as recessões económicas terem reduzido o rendimento, o esforço de investimento público ao longo das últimas duas décadas permitiu aumentar a competitividade regional do ponto de vista potencial, capacitando a região com infraestruturas, capital humano, despesa em I&D, assim como um sistema científico mais atrativo para a produção de conhecimento. O esforço público contribuiu, também, para a convergência do Norte em matéria de progresso social em domínios como a satisfação das necessidades básicas e nos fundamentos do bem-estar (sobretudo nas componentes da saúde e qualidade ambiental).

O lado menos conseguido da política pública nacional prendeu-se com um nível de recursos públicos por habitante sucessivamente inferior ao desejável, tendo em conta a dimensão populacional e económica do Norte, o que limitou a convergência real em matéria de rendimento. Este défice de financiamento público tem sido recorrentemente demonstrado nas diferentes edições do Norte UE, uma publicação da CCDRI-N sobre a aplicação de fundos estruturais no Norte.

Outros fatores políticos de natureza mais qualitativa limitaram a convergência do Norte em matéria de rendimento por habitante, designadamente, a reduzida autonomia regional na definição de instrumentos de política pública alinhados com as especificidades regionais. Este facto reduziu a velocidade de transição económica do Norte para uma sociedade mais produtiva e com salários mais elevados. De facto, paradoxalmente, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável no qual o Norte se encontra a uma maior distância da meta de 2030 é o da Indústria, Inovação e Infraestruturas, devido essencialmente aos indicadores de baixa produtividade da indústria transformadora.

NORTE ESTRUTURA

CENTRO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DA REGIÃO

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Coordenação técnica: Vasco Leite

Equipa técnica: Ana Correia e Josefina Gomes

Contactos: Gabinete de Marketing e Comunicação: gabinete.comunicacao@ccdr-n.pt